

**DA PROMESSA DE FUTURO À PRECARIZAÇÃO DO PRESENTE: A FORMAÇÃO DA
SUBJETIVIDADE JUVENIL E O DRAMA SOCIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO
NEOLIBERAL**

**DE LA PROMESA DE FUTURO A LA PRECARIZACIÓN DEL PRESENTE: LA
FORMACIÓN DE LA SUBJETIVIDAD JUVENIL Y EL DRAMA SOCIAL EN EL
CONTEXTO DE LA EDUCACIÓN NEOLIBERAL**

**FROM THE PROMISE OF FUTURE TO THE PRECARIZATION OF THE PRESENT:
THE FORMATION OF YOUTH SUBJECTIVITY AND THE SOCIAL DRAMA IN THE
CONTEXT OF NEOLIBERAL EDUCATION**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v18i1.72189>

Guilherme Augusto Siebeneichler¹

Neide da Silveira Duarte de Matos²

Resumo: Este artigo trata da formação da subjetividade juvenil frente ao antagonismo das garantias legais e a condições de vida material. Os aportes do enfoque histórico-cultural são base para analisar como o trabalho tem sido metamorfoseado em experiências juvenis contemporâneas. Discute-se o papel da educação no contexto neoliberal e as características que essa assume em contraste com propostas de uma formação humana emancipatória. Considera-se que a formação da personalidade juvenil perpassada pelas relações de trabalho e a educação na sociedade contemporânea é decorrente da variabilidade de aspectos que afetam a materialização dos projetos de vida. Portanto, o sofrimento psíquico não deve ser tomado como patologia ou condição de adoecimento individual.

Palavras-chave: Juventude. Trabalho. Educação. Subjetividade. Precarização.

Resumen: Este artículo aborda la formación de la subjetividad juvenil frente al antagonismo entre las garantías legales y las condiciones de vida material. Los aportes del enfoque histórico-cultural sirven de base para analizar cómo el trabajo se ha metamorfoseado en las experiencias juveniles contemporáneas. Se discute el papel de la educación en el contexto neoliberal y las características que esta asume en contraste con propuestas de una formación humana emancipadora. Se considera que la formación de la personalidad juvenil, atravesada por las relaciones de trabajo y la educación en la sociedad contemporánea, deriva de la variabilidad de aspectos que afectan la materialización de los proyectos de vida. Por lo tanto, el sufrimiento psíquico no debe ser tomado como patología o condición de enfermedad individual.

Palabras clave: Juventud. Trabajo. Educación. Subjetividad. Precarización.

Abstract: This article addresses the formation of youth subjectivity in the face of the antagonism between legal guarantees and material living conditions. Contributions from the cultural-historical approach serve as a basis to analyze how work has been metamorphosed within contemporary youth experiences. The role of education in the neoliberal context is discussed, along with the characteristics it assumes in contrast to proposals for an emancipatory human formation. It is considered that the formation of youth personality, permeated by labor relations and education

in contemporary society, stems from the variability of aspects affecting the materialization of life projects. Therefore, psychic suffering should not be taken as a pathology or a condition of individual illness.

Keywords: Youth. Work. Education. Subjectivity. Precariousness.

Introdução: o hiato entre o direito e a realidade

Este artigo propõe uma análise crítica da formação da subjetividade juvenil no Brasil contemporâneo, tomando como eixo a relação entre trabalho, educação e sofrimento psíquico¹. Trata-se de um estudo teórico, de natureza bibliográfica-documental, fundamentada no método materialista histórico-dialético, articulado às contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. Parte-se do pressuposto de que os fenômenos subjetivos não podem ser compreendidos de forma dissociada das condições materiais de existência, das relações sociais concretas e das determinações históricas que configuram a vida social.

Compreende-se a juventude não apenas como um recorte etário, mas como uma categoria social historicamente constituída, vinculada às formas de organização da vida social e às condições concretas de inserção dos sujeitos no trabalho, na educação e na vida pública. Como explica Groppo (2016), a juventude constitui-se como uma condição social marcada por processos de transição, expectativas de integração social e desigualdades estruturais que incidem de maneira diferenciada sobre os jovens conforme sua posição de classe.

Assim, o objetivo do estudo é compreender como as contradições estruturais do capitalismo contemporâneo, particularmente em sua forma dependente e neoliberal no Brasil, incidem sobre a juventude, produzindo um cenário no qual o reconhecimento formal de direitos convive com a negação sistemática das condições materiais para sua efetivação. Busca-se, mais especificamente, analisar de que modo essa contradição se expressa na relação entre trabalho e educação, sobretudo como se inscreve na experiência subjetiva dos jovens ao manifestar-se sob a forma de sofrimento psíquico.

Do ponto de vista metodológico, a investigação se apoia na análise de produções teóricas clássicas e contemporâneas do campo do materialismo histórico-dialético e da Psicologia Histórico-Cultural, com destaque para as contribuições de Vigotski e seus colaboradores, bem como de autores que discutem juventude, trabalho e políticas públicas no Brasil. Complementarmente, são mobilizados dados estatísticos de institutos oficiais, como O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e boletins econômicos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), além da análise documental de legislações e normativas, em especial o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013). Esse procedimento permite confrontar as formulações teóricas sobre a formação humana com indicadores concretos da realidade juvenil brasileira, evitando tanto o abstracionismo quanto o empirismo imediato.

A análise desenvolve-se em três movimentos articulados. Inicialmente, retoma-se o trabalho como categoria ontológica fundante do ser social, destacando seu papel na constituição da subjetividade humana. Em seguida, problematiza-se a educação no contexto do neoliberalismo, evidenciando como ela tem sido

¹² sofrimento psíquico pode indicar mais um processo multifacetado pelo qual passamos em certos momentos e durante determinado tempo de nossa história. Isto é, não tanto um fato consumado, definitivo, insuperável, mas como um processo que pode nos acometer por certas causas sociais e deixar de nos acometer pela luta social contra as mesmas causas.

progressivamente orientada para a adaptação individual às condições de precariedade, em detrimento de uma formação crítica e emancipatória. Por fim, analisa-se a vivência concreta (*perezhivanie*) de jovens que estudam e trabalham, buscando demonstrar como a precarização se inscreve simultaneamente nas condições objetivas de vida e na experiência subjetiva, configurando um drama social que atravessa a juventude contemporânea.

É a partir desse percurso analítico que se insere a discussão atual da juventude brasileira, cenário marcado por uma contradição estrutural cada vez mais evidente entre o reconhecimento jurídico de direitos e as possibilidades reais de sua materialização. Nas últimas décadas, observou-se a consolidação de um arcabouço legal que afirma a juventude como sujeito de direitos, tendo como marco o Estatuto da Juventude, que estabelece o acesso ao trabalho, à educação, à cultura, à saúde e à participação social como fundamentos da cidadania juvenil (Brasil, 2013). Esse reconhecimento representou um avanço significativo no plano jurídico e simbólico, sobretudo diante da histórica invisibilização desse segmento nas políticas públicas.

Entretanto, a ampliação formal de direitos não foi acompanhada por transformações estruturais capazes de sustentar sua efetivação. Ao contrário, a realidade social brasileira segue marcada por relações precarizadas de trabalho, pela desigualdade no acesso à educação e instabilidade das condições de vida, elementos que restringem concretamente as possibilidades de emancipação juvenil (Abramo; Branco, 2005; Rummert; Algebaile; Ventura, 2013; Abramo; Venturi; Corrochano, 2020). Esse descompasso entre a promessa normativa e a experiência vivida não pode ser compreendido como um simples problema de gestão pública ou de insuficiência pontual das políticas sociais. Trata-se de uma expressão das contradições próprias de uma sociabilidade fundada no modo de produção capitalista, que reconhece formalmente direitos ao mesmo tempo em que produz as condições objetivas de sua negação.

No Brasil, os esforços de institucionalização das políticas de juventude, intensificados a partir dos anos 2000, buscaram enfrentar essa contradição ao reconhecer a juventude como categoria específica das políticas públicas (Novaes et al., 2006). Contudo, como apontam diagnósticos recentes do Conselho Nacional de Juventude, os objetivos de emancipação juvenil esbarram em limites estruturais associados à financeirização da economia, à desregulamentação das relações de trabalho e à ampliação das formas de precarização que caracterizam o capitalismo contemporâneo (Conjuve, 2024).

A comparação entre o momento histórico da promulgação do Estatuto da Juventude e a realidade econômica atual explicita de forma contundente esse abismo. Em 2013, o salário-mínimo nominal era de R\$ 678,00; ao final de 2025, embora tenha alcançado R\$ 1.518,00, permanece muito distante do salário-mínimo necessário calculado pelo DIEESE, que ultrapassa os R\$ 7.100,00 para atender às necessidades vitais de uma família (DIEESE, 2026). Esses dados evidenciam que a garantia legal dos direitos juvenis não veio acompanhada da sustentação material necessária ao longo da década seguinte. O acesso ao trabalho, à educação e à cultura, previstos como pilares da emancipação juvenil, transformou-se, na prática, em uma corrida permanente de obstáculos.

Nesse contexto, a juventude vivencia um paradoxo central: ao mesmo tempo em que é convocada a projetar o futuro, investir em sua formação e construir trajetórias consideradas “bem-sucedidas”, enfrenta

um presente marcado pelo desemprego, pelo subemprego e pela exigência constante de adaptação às condições de instabilidade. A promessa de futuro, reiterada pelos discursos jurídico, educacional e midiático, colide com a precarização das condições concretas de existência, produzindo sentimentos difusos de frustração, insegurança e desamparo. Ainda que vivida no plano individual, essa contradição não se origina na esfera da individualidade.

Essa promessa dirige-se especialmente aos jovens das classes trabalhadoras escolarizadas, para os quais a educação é apresentada como a principal via de ascensão social. No entanto, diante da reestruturação produtiva global do capital e da expansão da precarização laboral, tal promessa torna-se cada vez mais frágil e contraditória. Como evidencia Antunes (2018), mesmo os jovens qualificados e ultraqualificados (incluindo pós-graduados) são frequentemente expulsos das ocupações estáveis e absorvidos de forma precária pelo "novo proletariado de serviços na era digital" (p.24). Nesse novo cenário, a suposta ascensão social cede espaço para a informalidade e a desregulamentação, submetendo essa juventude a modalidades de trabalho intermitentes e sem seguridade social. A inserção profissional desses jovens escolarizados ocorre, cada vez mais, por meio de falsas autonomias (como o ilusório "empreendedorismo", a "pejotização" e a "uberização"), mecanismos que mascaram o assalariamento e intensificam a corrosão dos direitos trabalhistas. Desse modo, em vez da prometida emancipação, esses jovens defrontam-se com a incerteza e o desemprego estrutural, restando-lhes frequentemente a disponibilidade constante para tentar obter o que o autor define, ironicamente, como "o privilégio da servidão" (p.26).

À luz da Psicologia Histórico-Cultural, compreende-se que a subjetividade não é uma instância interna e isolada, mas se constitui nas relações sociais mediadas pela atividade, pelo trabalho e pela educação. Assim, o sofrimento psíquico que atravessa amplos aspectos da juventude contemporânea, frequentemente nomeado por categorias individualizantes como ansiedade, depressão ou esgotamento, deve ser entendido como expressão de um drama social. Inspirados em Vigotski (2021) e na noção de drama desenvolvida por Politzer (1975), sustentamos que esse sofrimento emerge do choque entre as potencialidades humanas em desenvolvimento e um meio social que obstaculiza, de forma sistemática, as condições de sua realização.

Nesse sentido, o sofrimento psíquico não deve ser tomado imediatamente como patologia ou como expressão de adoecimento individual. Trata-se, antes, da forma subjetiva pela qual os jovens vivenciam contradições sociais objetivas. O conceito de drama, conforme desenvolvido por Vigotski (2021), permite compreender esse processo como a expressão de tensões sociais internalizadas, distinguindo-se tanto do sofrimento cotidiano quanto das formas clínicas de adoecimento psíquico.

Isso significa que cada sociedade oferece condições materiais específicas para que os seus membros possam se desenvolver e essas condições se referem a particularidade.

Ora, dado que a relação do homem com a espécie humana é, desde o início, formada e mediatizada por categorias sociais (como trabalho, linguagem, intercâmbio, etc.); dado que, por princípio, não pode ser "muda", mas se realiza apenas em relações e vínculos que operam em nível da consciência; dado isso, tem lugar no interior do gênero humano, que a princípio é também um ente que existe apenas em-si, realizações parciais concretas que, no desenvolvimento da consciência genérica, assumem o lugar desse em-si precisamente através de sua parcialidade e particularidade concreta (Lukács, 1979, p.145).

Por essa abordagem, temos que o desenvolvimento humano-genérico, enquanto processo de formação da personalidade, não é resultado exclusivo de fatores biológicos, mas da inserção ativa do sujeito nas relações sociais, por meio das quais se dá a transformação do ser biológico em ser cultural, histórico e, portanto, social. Tais explicações rompem com visões naturalizantes e dualistas, ao afirmar a unidade entre os processos psíquicos e fisiológicos, compreendendo o psiquismo como expressão da atividade humana mediada culturalmente.

Ao deslocar a análise da patologização individual para o campo das determinações sociais, é possível compreender por que a juventude, mesmo formalmente reconhecida em seus direitos, experimenta cotidianamente a negação desses. Isso revela que o drama juvenil não decorre de uma fragilidade geracional ou de uma incapacidade subjetiva de lidar com as exigências do mundo contemporâneo, mas da incompatibilidade estrutural entre as promessas de integração social e a lógica de um sistema que se sustenta pela precarização do trabalho e pela responsabilização individual.

O trabalho como fundamento do ser: bases ontológicas da subjetividade

Para compreender os impactos da precarização contemporânea sobre a subjetividade juvenil, a análise dos indicadores relativos ao trabalho e à inserção ocupacional dos jovens evidencia a centralidade dessa dimensão na configuração das condições de vida. Dados que apontam a ampliação do desemprego, do subemprego e das formas precarizadas de contratação entre jovens indicam que o trabalho permanece como mediação fundamental da reprodução social. Nesse sentido, retomar o trabalho em sua dimensão ontológica, conforme desenvolvido por Lukács (2013), permite situar o sofrimento juvenil não como resultado de fatores psicológicos isolados, mas como expressão de determinações sociais objetivas que atravessam as trajetórias juvenis.

Ou seja,

[...] No trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações que, como veremos, constituem a essência do novo no ser social. Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social [...] (Lukács, 2013, p. 44)

Concernentes a concepção materialista segundo a qual o trabalho não é apenas uma atividade econômica, mas a mediação fundamental por meio da qual o ser humano produz sua existência e, ao mesmo tempo, produz a si próprio enquanto ser histórico, Engels, em seu texto clássico *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, afirma de forma contundente que “[...] o trabalho criou o próprio homem” (Engels, 1999, p. 4). Tal formulação explicita um desenvolvimento humano constituído por meio da atividade prática, consciente e socialmente organizada que diferencia o ser humano do reino animal, desenvolvendo capacidades especificamente humanas, como a linguagem, o pensamento abstrato e a sociabilidade complexa. A mão humana, lembra Engels, não é apenas órgão do trabalho, mas também produto dele, numa relação dialética em que atividade e desenvolvimento se condicionam mutuamente.

Essa concepção é aprofundada por Vigotski (2021) ao demonstrar que a psique humana não é um dado natural ou imutável, mas uma construção histórica. Ao assumir as prerrogativas de que “[...] as funções mentais superiores não podem ser compreendidas sem um estudo sociológico, isto é, que elas são produto

do desenvolvimento social do comportamento, e não do desenvolvimento biológico [...] (Vigotski, 2021, p. 34), desloca a compreensão da psicologia para o terreno das relações sociais concretas. A consciência, nessa perspectiva, não antecede a materialidade das relações, mas emerge dela, mediada por instrumentos, signos e relações sociais historicamente determinadas.

Ainda, para o autor [...] a cultura cria formas especiais de comportamento, ela modifica a atividade das funções mentais, ela constrói novas superestruturas nos sistemas envolvidos no comportamento humano. (Vigotski, 2021, p.35). Essa transformação do psiquismo se ancora na materialidade da vida cotidiana, onde a cultura se faz presente por meio de atividades concretas. O processo de internalização descrito pelo autor implica que as estruturas psíquicas se reorganizam em resposta direta às exigências e ferramentas que o meio social oferece (ou nega).

Vygotsky e Luria (1996) reforçam essa compreensão ao afirmar que a psique é uma parte da própria natureza, ligada diretamente às funções da matéria altamente organizada de nosso cérebro, assim como o resto da natureza, não foi criada, mas surgiu num processo de desenvolvimento. Tal afirmação evidencia que o psiquismo humano é produto de um processo histórico de transformação da matéria, no qual a atividade social desempenha papel constitutivo.

É nessa dinâmica que se opera a dialética entre o singular, o particular e o universal. O jovem, enquanto indivíduo singular, não se constitui de forma isolada; sua subjetividade é forjada nas relações particulares que estabelece, neste caso, a inserção precária no mercado de trabalho. Essas relações particulares, por sua vez, são manifestações locais de uma estrutura universal: o modo de produção capitalista em sua fase atual. Portanto, o sofrimento ou o desenvolvimento psíquico do jovem não são fenômenos puramente íntimos, mas a apropriação singular das contradições universais vivenciadas em sua atividade particular cotidiana.

Dessa forma, torna-se evidente que as leis que orientam o curso da história humana e que regulam o desenvolvimento material e imaterial da sociedade constituem fundamentos explicativos para a formação da personalidade e do comportamento de indivíduos. Desse modo, a subjetividade juvenil não pode ser pensada como resultado exclusivo de características individuais ou de “comportamentos” socialmente difundidos, mas como expressão de formas específicas de inserção social, particularmente no que se refere às relações de trabalho e a educação. A forma histórica assumida pelo trabalho em determinado momento não apenas organiza a produção material da vida, mas também conforma modos de pensar, sentir e agir. Assim, transformações nas condições e nas relações de trabalho implicam, necessariamente, transformações nos processos de constituição da subjetividade.

Essa discussão ganha maior precisão a partir da categoria de atividade. Martins e Eidt (2010) destacam a distinção fundamental entre a atividade vital promotora de desenvolvimento e o trabalho alienado, típico da sociedade capitalista.

Para as autoras,

[...] O trabalho social, atividade vital humana, por sua vez, é o processo por meio do qual se dá, em nível filogenético, a passagem do ser biológico para o ser sócio-histórico e, em

nível ontogenético, a possibilidade – mais ou menos plena – de objetivação da personalidade humana [...] (Martins; Eidt, 2010, p.676)

Em contraposição a esse processo denominado trabalho, definem trabalho alienado como

[...] condição em que o trabalho possibilita-lhe, meramente, comer, dormir, procriar. Em outras palavras, o trabalho alienado não permite ao trabalhador o pleno desenvolvimento de suas capacidades e faculdades, mas sim, provoca seu esvaziamento físico e mental. (Martins; Eidt, 2010, p.677)

Na periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico, a juventude ocupa um lugar singular (ou não-lugar, como veremos posteriormente), pois corresponde ao momento de transição em que o sujeito se aproxima de forma mais direta da atividade produtiva socialmente organizada e elabora, simultaneamente, uma concepção mais ampla de mundo e de si mesmo ao mesmo tempo em que a compreensão de seu papel na reprodução da vida social (Abrantes; Bulhões, 2020). Trata-se, portanto, de um período decisivo para a consolidação da personalidade, na medida em que o jovem passa a se confrontar com as exigências concretas da vida social adulta.

O problema, portanto, não reside no trabalho enquanto tal, mas na forma histórica que ele assume sob o capitalismo contemporâneo. A materialidade desse “não-lugar” ocupado pela juventude torna-se visível quando observamos os indicadores de desocupação, desde que analisados à luz das determinações concretas da inserção produtiva. Embora a taxa geral de desemprego tenha apresentado redução recente, ela permanece profundamente seletiva em termos etários. No segundo trimestre de 2025, enquanto a desocupação entre adultos de 40 a 59 anos situava-se em 3,9%, entre jovens de 18 a 24 anos alcançava 12%, mais que o dobro da média nacional, que é de 5,8% (IBGE, 2025b, p.19). Esse dado é particularmente revelador, pois se refere a uma parcela da juventude que já se encontra, do ponto de vista legal e social, plenamente disponível para o trabalho.

No caso dos adolescentes de 14 a 17 anos, cuja taxa de desocupação atinge 21,7% (IBGE, 2025b, p.19), é necessário cautela interpretativa, uma vez que a maioria não integra a cadeia produtiva regular, estando restrita, quando muito, a programas de aprendizagem ou estágios. Ainda assim, o número expressa uma contenção estrutural precoce ao acesso mediado e protegido ao trabalho, antecipando a experiência de exclusão que se intensifica na transição para a maioridade. Assim, mais do que um problema restrito à adolescência, os dados evidenciam que a juventude trabalhadora, especialmente após os 18 anos, enfrenta taxas sistematicamente superiores à média nacional, revelando que o desemprego não se distribui de forma neutra, mas incide de maneira concentrada justamente sobre aqueles que buscam ingressar no mundo do trabalho como condição para a construção de sua vida social adulta.

E quando esse jovem consegue romper a barreira do desemprego, a inserção se dá, majoritariamente, de forma precária. Dados recentes indicam que 43% dos jovens ocupados recebem, no máximo, um salário-mínimo, e o rendimento médio dessa população (R\$ 2.314) é 38% inferior ao dos trabalhadores adultos (DIEESE, 2025, p.1). Não se trata apenas de ganhar menos por estar em início de carreira, mas de estar inserido em uma dinâmica de informalidade que atingiu 40,1% entre os jovens de 18 a 24 anos em meados de 2025 (IBGE, 2025b, p.50).

Essa precarização ganha contornos dramáticos com o fenômeno da plataformização do trabalho. Entre 2022 e 2024, o número de trabalhadores por aplicativos cresceu mais de 25%, totalizando 1,7 milhão de pessoas. Longe da promessa de empreendedorismo e autonomia, a realidade desses jovens é a de jornadas extenuantes: os plataformizados trabalham, em média, 44,8 horas semanais (cinco horas e meia a mais que os demais trabalhadores) para receber um rendimento-hora inferior. A taxa de informalidade nesse setor chega a 71,1%, deixando a juventude desprotegida de qualquer seguridade social (IBGE, 2025a).

Além disso, é preciso desmistificar o que tem caracterizado a categoria dos "nem-nem". O rótulo esconde uma realidade de "sem-sem" (sem trabalho e sem escola) que não decorre de passividade. Dos 9,8 milhões de jovens nessa situação em 2024, apenas 1,4% afirmaram não querer trabalhar. A grande maioria estava envolvida em outras atividades, como o trabalho doméstico invisibilizado (que recai principalmente sobre as mulheres jovens) ou na busca ativa por emprego, muitas vezes frustrada pela falta de oportunidades (DIEESE, 2024, p.1).

Nesse cenário, o jovem é convocado a "vestir a camisa" e ser proativo, mas a resposta do mercado é a intensificação da exploração. Entre as ocupações mais comuns para a juventude, predominam funções de baixo reconhecimento social e alta rotatividade, como vendedores, escriturários e trabalhadores da construção, sem presença significativa de cargos de nível técnico ou superior. O resultado é uma experiência de desencontro: o trabalho, que deveria ser fonte de identidade e criação, converte-se em mera sobrevivência, um fator que contribui para o sofrimento psíquico que analisaremos a seguir.

Quando a inserção no trabalho ocorre predominantemente por meio de formas precarizadas, fragmentadas e destituídas de sentido social, o que se observa não é a realização das potencialidades humanas, mas seu embotamento. O trabalho, que deveria funcionar como princípio educativo e formador, converte-se em experiência de desgaste físico e psíquico, marcada pela repetição mecânica, pela intensificação do ritmo e pela ausência de controle sobre o processo e os fins da atividade. Nessa condição, o jovem não se reconhece no que faz, tampouco percebe sua atividade como parte de uma totalidade social, ocupando um "não-lugar" no contexto social (Groppo, 2016).

Essa dimensão de ausência ou de suspensão social ocorre porque a juventude, sociologicamente, é definida não apenas por uma faixa etária, mas pela integração progressiva em papéis de responsabilidade. Quando essa integração é barrada pela precarização, o jovem se vê num limbo: já não pertence mais ao mundo protegido da infância, mas também lhe é negada a entrada efetiva no mundo adulto. Groppo (2016), ao analisar as disfunções causadas pelo desemprego e pela falta de perspectivas na modernidade, descreve com precisão esse fenômeno de deslocamento estrutural:

Se nada se faz para resolver esse problema, a juventude, justamente durante a fase em que amadurece, acaba saindo dos quadros da sociedade; emancipa-se da vida familiar, sem encontrar responsabilidade e papel alternativo no mundo dos adultos (Groppo, 2016, p. 36).

Dessa forma, o "não-lugar" não é apenas uma metáfora geográfica, mas uma condição existencial e material de invisibilidade. Sem um papel alternativo que confira dignidade e pertencimento, a atividade

laboral deixa de ser um rito de passagem para se tornar um mero mecanismo de sobrevivência, destituído de identidade.

É nesse aspecto que se analisa a base material do sofrimento juvenil. A juventude, enquanto momento de expansão das potencialidades vitais, de projeção de futuro e de busca por sentido, confronta-se com um mundo do trabalho que nega sistematicamente essas possibilidades. A promessa de autonomia e realização pessoal, reiterada nos discursos institucionais e educacionais, entra em choque com a experiência cotidiana da exploração e da instabilidade. Essa tensão não é meramente psicológica, mas ontológica, pois diz respeito à negação das condições sociais necessárias ao desenvolvimento pleno das capacidades humanas.

Pode-se notar ainda, pela contribuição de Zeigarnik, que uma visão dialética materialista aprofunda questões de psicologia geral, tais como a da gênese, estrutura e dinâmica da personalidade em situações de sofrimento. Destaca a autora que, no estudo da alteração mental é necessário tomar a personalidade em conta ainda por outra razão, qual seja, a de que o sofrimento psíquico afeta a personalidade inteira por afetar sistemas de necessidades e componentes volitivos-emocionais (Zeigarnik, 2024).

Assim, compreender o trabalho como fundamento do ser social permite deslocar o debate sobre o sofrimento juvenil de uma abordagem individualizante para uma análise das determinações históricas e sociais. A precarização do trabalho juvenil não é apenas um problema econômico ou laboral, mas um elemento central na constituição de subjetividades marcadas pela frustração, pela insegurança e pela sensação de futuro bloqueado. É a partir dessa base ontológica que se torna possível avançar na análise do papel da educação contemporânea, particularmente de sua função na adaptação ou na resistência a essa lógica de precarização, questão que será discutida na próxima seção.

A educação para a classe trabalhadora: adaptação ou emancipação?

Se o trabalho constitui a base ontológica da formação humana, a educação escolar deveria ocupar um papel central na mediação consciente dessa relação, possibilitando aos jovens a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade e a compreensão crítica das condições sociais de sua existência. Contudo, sob a sociabilidade capitalista, essa função formativa da educação é permanentemente tensionada por projetos pedagógicos que respondem às necessidades da reprodução social, e não à emancipação humana. No caso da juventude da classe trabalhadora, tal tensão assume contornos particularmente agudos.

A história da educação brasileira revela a persistência de uma estrutura dual, na qual diferentes projetos formativos são destinados a diferentes classes sociais. Como analisam Rummert, Algebaile e Ventura (2013), a educação voltada à classe trabalhadora tende a assumir um caráter instrumental, fragmentado e empobrecido, em contraste com a formação mais ampla e sistematizada reservada às elites. Essa dualidade não é um desvio do sistema educacional, mas uma expressão de seu papel na reprodução das desigualdades estruturais do capitalismo dependente.

Nesse sentido, a crítica de Saviani (2008) mantém plena atualidade. Ao analisar as teorias pedagógicas hegemônicas, o autor demonstra como propostas que se apresentam como inovadoras ou progressistas frequentemente resultam no esvaziamento dos conteúdos escolares e na negação do acesso ao saber elaborado. Sob o discurso da democratização, da valorização da experiência cotidiana ou do desenvolvimento de competências genéricas, a escola deixa de cumprir sua função central: garantir à classe trabalhadora o domínio dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos necessários à compreensão da totalidade social.

No contexto contemporâneo, essa lógica se intensifica com a consolidação de uma racionalidade educacional orientada pelos princípios do neoliberalismo. A educação passa a ser concebida prioritariamente como investimento individual, cujo objetivo é aumentar a empregabilidade e a adaptabilidade dos sujeitos em um mercado de trabalho instável e competitivo. Categorias como “empreendedorismo”, “protagonismo juvenil”, “resiliência” e “competências socioemocionais” tornam-se centrais no discurso educacional, deslocando o foco da formação intelectual e crítica para a gestão individual da própria precariedade.

Esse movimento é particularmente visível nas reformas recentes do ensino médio, que incorporam a noção de “projeto de vida” como eixo estruturante do currículo. Embora apresentada como estratégia de valorização da autonomia juvenil, essa proposta tende a operar de forma abstrata e descontextualizada, ignorando as determinações materiais que condicionam as possibilidades reais de escolha. Ao responsabilizar o jovem pela construção de seu futuro, a escola acaba por naturalizar as desigualdades sociais e transformar obstáculos estruturais como o desemprego, o subemprego e a precarização do trabalho em falhas individuais de planejamento ou esforço.

A dualidade educacional não é apenas teórica, ela se confirma na estatística. Dados recentes demonstram que a origem socioeconômica define o destino escolar: enquanto 17,7% dos jovens dos lares mais ricos ingressaram no ensino superior logo após concluir o ensino médio em 2023, apenas 7,4% dos jovens dos lares mais pobres conseguiram o mesmo feito. Para a juventude pobre, a 'escolha' restou limitada: a maior parte (30,4%) foi empurrada imediatamente para o mercado de trabalho, muitas vezes precário, em comparação com 25,7% dos jovens mais ricos considerando os estratos de renda definidos pela pesquisa (DIEESE, 2024, p.3). Isso evidencia que a 'meritocracia' escolar opera sobre um terreno materialmente desnivelado.

Ao invés de revelar as contradições do mundo do trabalho, a educação neoliberal ensina o jovem a se adaptar a elas. A pedagogia das competências, ao fragmentar o conhecimento e priorizar habilidades funcionais, contribui para a formação de sujeitos flexíveis, capazes de transitar entre ocupações precárias, mas incapazes de apreender criticamente a lógica social que produz essa instabilidade. Trata-se, como aponta Saviani (2008), de uma forma sofisticada de negação do direito ao conhecimento, que opera não pela exclusão direta, mas pela diluição do conteúdo formativo da escola.

Experiências educacionais como as de Pistrak, buscaram romper com essa lógica adaptativa. Pistrak (2009), ao refletir sobre a experiência da escola-comuna, defendia uma educação vinculada ao trabalho socialmente útil, não como treinamento técnico imediato, mas como meio de compreensão da totalidade do processo produtivo e das relações sociais que o estruturam. Nessa perspectiva, o trabalho

escolar não se reduz à execução de tarefas, mas se constitui como atividade consciente, coletiva e formativa, articulada à vida social concreta.

Lênin (1920), ao tratar das tarefas das União da Juventude, reforça essa concepção ao afirmar que cada passo no estudo deveria estar ligado à luta pela transformação da sociedade. Para ele, a separação entre estudo e vida prática não apenas empobrece a formação intelectual, mas impede o desenvolvimento de uma consciência revolucionária. O conhecimento, quando dissociado das contradições reais da vida social, transforma-se em saber livresco, incapaz de orientar a ação transformadora.

Em contraste com essas concepções, a escola contemporânea, especialmente aquela destinada à juventude trabalhadora, tem sido progressivamente reduzida a um espaço de acolhimento social e preparação mínima para o mercado. Ao invés de funcionar como mediação entre o jovem e a compreensão crítica do mundo, a escola frequentemente reforça discursos meritocráticos que individualizam o fracasso e obscurecem as determinações estruturais da desigualdade. O jovem aprende, assim, a explicar sua inserção precária no trabalho como resultado de insuficiente qualificação, baixa autoestima ou falta de competências emocionais, internalizando a culpa por uma condição socialmente produzida.

Essa dinâmica estabelece determinações objetivas para a constituição da subjetividade juvenil. E ao não oferecer instrumentos teóricos e conceituais para a leitura crítica da realidade, a educação contribui para a produção de uma experiência subjetiva marcada pela desorientação e pelo sofrimento. O jovem sente os efeitos da precarização, mas não dispõe de categorias para compreendê-los, o que favorece a conversão de conflitos sociais em sofrimento psíquico individual. A escola, nesse sentido, deixa de atuar como espaço de desvelamento das contradições sociais e passa a funcionar como uma instância de legitimação simbólica da ordem existente.

Dessa forma, a educação voltada à classe trabalhadora, quando orientada pela lógica neoliberal, cumpre um papel central na produção do drama juvenil analisado neste artigo. Ao prometer emancipação por meio do esforço individual e da adaptação subjetiva, ela reforça a frustração e o sentimento de fracasso diante de um mundo do trabalho estruturalmente incapaz de absorver a juventude de forma digna. É nesse ponto que a educação deixa de ser mediação para a humanização e se converte em engrenagem da precarização, preparando o terreno para a vivência concreta do sofrimento que será analisada na seção seguinte.

O drama social: a vivência (perezhivanie) da precarização

A análise das condições objetivas de trabalho e educação permitem compreender apenas parcialmente a situação da juventude contemporânea. Para apreender de modo mais profundo os efeitos da precarização na formação da subjetividade juvenil, é necessário avançar para o plano da experiência concreta, isto é, para a forma como essas determinações sociais são vividas, sentidas e significadas pelos próprios jovens. Nesse sentido, as explicações vigotskianas oferecem uma contribuição importante ao possibilitar a compreensão do sofrimento psíquico não como fenômeno individual isolado, mas como expressão de um drama social.

O conceito de *perezhivanie*, desenvolvido por Vigotski (2018), ocupa lugar central nessa análise. Longe de designar uma vivência meramente subjetiva ou emocional, o *perezhivanie* refere-se à unidade indissociável entre a situação social objetiva e a forma singular como o sujeito a vive. Trata-se de uma categoria que supera a dicotomia entre o externo e o interno, evidenciando que os acontecimentos sociais só produzem efeitos psicológicos na medida em que são vivenciados pelo sujeito em sua relação concreta com o mundo. Assim, não é a precarização em si que adoece o jovem, mas a forma como ela se inscreve em sua trajetória, mediada por expectativas, projetos e possibilidades historicamente construídas.

É nesse sentido que Vigotski, inspirado em Politzer (1975), recorre à noção de drama para pensar a constituição da personalidade. O drama não se refere a um estado patológico ou a uma condição individual, mas a um conflito real, vivido no interior das relações sociais, no qual o sujeito se vê confrontado com forças contraditórias que excedem sua capacidade de resolução individual. O sofrimento psíquico, portanto, emerge quando há um choque persistente entre as necessidades humanas em desenvolvimento e as condições sociais que obstaculizam sua realização.

No caso da juventude da classe trabalhadora, esse drama assume contornos específicos. Estudos como os de Abramo, Venturi e Corrochano (2020) evidenciam que a combinação entre estudo e trabalho, longe de representar uma experiência formativa equilibrada, constitui frequentemente uma estratégia de sobrevivência marcada por sobrecarga, exaustão e instabilidade. Para esses jovens, o trabalho não é uma escolha orientada pela busca de autonomia ou realização pessoal, mas uma imposição material que concorre diretamente com o tempo, a energia e as condições necessárias ao estudo.

A narrativa social que associa o esforço individual à ascensão social entra em colapso diante dessas trajetórias. Jornadas extensas em atividades como telemarketing, serviços de fast-food, comércio informal ou trabalho por aplicativos impõem um ritmo de vida que compromete a atividade intelectual e limita drasticamente as possibilidades de apropriação do conhecimento escolar. O jovem é, assim, capturado por uma dinâmica na qual trabalha para sobreviver e estuda para um futuro que se torna cada vez mais incerto, configurando uma experiência subjetiva marcada pela tensão permanente entre presente e futuro.

Corrochano (1999), ao analisar os sentidos atribuídos ao trabalho por jovens operários, já apontava essa ambivalência: o trabalho aparece simultaneamente como fonte de identidade e como espaço de sofrimento. No contexto contemporâneo, essa ambivalência se intensifica com o avanço das formas de trabalho precarizado e da chamada “uberização”. Diferentemente do trabalho fabril clássico, em que ainda havia alguma referência coletiva, o trabalho mediado por plataformas digitais aprofunda o isolamento e a individualização da experiência laboral. O jovem é interpelado como “empreendedor de si mesmo”, ao mesmo tempo em que tem sua atividade rigidamente controlada por algoritmos que definem ritmo, remuneração e permanência no sistema.

Essa forma de inserção no trabalho produz efeitos significativos sobre a subjetividade. A promessa de autonomia e flexibilidade, amplamente difundida pelo discurso neoliberal, contrasta com a vivência concreta da instabilidade, da insegurança e da ausência de perspectivas de longo prazo. O jovem se vê responsável por seu próprio sucesso ou fracasso, mesmo quando suas condições de vida são

determinadas por fatores alheios à sua vontade. Essa responsabilização individual intensifica o sofrimento psíquico, pois transforma contradições sociais em conflitos internos.

A suposta autonomia do trabalho plataformizado dissolve-se diante dos dados: 91,2% dos motoristas de aplicativo e 76,7% dos entregadores têm o valor do seu trabalho determinado unilateralmente pelas plataformas. Além disso, mais de 30% relatam sofrer ameaças de punições ou bloqueios. O drama social aqui se configura na contradição entre a promessa de liberdade de horários e a submissão a um algoritmo opaco, gerando uma jornada média de 44,8 horas semanais (superior à dos trabalhadores formais) em troca de um rendimento-hora inferior (IBGE, 2025a).

Os dados reunidos nos Retratos da Juventude Brasileira (Abramo; Branco, 2005) já indicavam a presença de sentimentos de incerteza e frustração entre os jovens, especialmente no que se refere ao trabalho e ao futuro. Nas últimas décadas, entretanto, a intensificação das políticas neoliberais transformou a instabilidade em regra e a precarização em norma. A promessa de futuro, reiterada pela escola, pela legislação e pelos discursos institucionais, convive com um presente marcado pela dificuldade de planejar, projetar e sustentar trajetórias de vida minimamente estáveis.

Quando a escola, como discutido na seção anterior, deixa de oferecer instrumentos teóricos para a compreensão dessas contradições, o jovem permanece desarmado intelectualmente diante de sua própria experiência. Ele sente o sofrimento, mas não consegue nomear suas causas sociais, o que favorece a internalização da culpa e da inadequação. Nesse contexto, o sofrimento psíquico tende a se manifestar como ansiedade, depressão ou esgotamento, sendo frequentemente medicalizado e tratado como problema individual, desvinculado das condições concretas de existência.

A frustração produzida pela crescente dissociação entre a promessa de ascensão social mediada pela escolarização e as condições concretas de inserção no mundo do trabalho também encontra expressão em indicadores recentes de saúde mental entre jovens brasileiros. Dados sistematizados por Leandro et al. (2025) indicam que a incidência de internações por transtornos mentais atinge seu ponto mais elevado justamente na faixa etária de 25 a 29 anos, com 719,7 casos para cada 100 mil habitantes (índice cerca de 20% superior ao observado entre pessoas com mais de 30 anos). Esse período coincide com o momento em que se intensificam as exigências de inserção profissional e autonomia material, frequentemente em um contexto marcado pela instabilidade ocupacional e pela precarização das relações de trabalho. Ao mesmo tempo, o acesso a acompanhamento especializado permanece limitado: apenas 33,9% dos jovens entre 20 e 24 anos diagnosticados com transtornos mentais conseguem manter acompanhamento regular com profissionais de saúde. A gravidade desse quadro também se expressa nas taxas de suicídio, que alcançam 36,8 casos por 100 mil habitantes entre jovens de 25 a 29 anos, patamar significativamente superior à média da população geral (24,69 por 100 mil). Conforme destacado no estudo (Leandro et al., 2025), tais indicadores não podem ser interpretados como fenômenos estritamente individuais, mas devem ser compreendidos como expressão das contradições sociais que atravessam a experiência juvenil contemporânea, especialmente no que se refere à frustração das expectativas de integração social por meio do trabalho e da educação.

Essa dinâmica revela o caráter profundamente social do sofrimento juvenil. A ansiedade do jovem que não sabe se conseguirá pagar o transporte para frequentar a universidade, ou a depressão daquele que, após anos de escolarização, se vê desempregado ou subempregado, não são expressões de fragilidade individual, mas respostas coerentes a um mundo social incoerente. O drama reside justamente na impossibilidade de conciliar as promessas socialmente difundidas com as condições reais de vida.

Compreender o sofrimento juvenil como drama social implica, portanto, recusar explicações psicologizantes e moralizantes que responsabilizam o indivíduo por sua própria precariedade. Significa reconhecer que a subjetividade se forma no interior de relações sociais contraditórias e que o sofrimento emerge quando essas contradições atingem diretamente o núcleo da experiência vivida. É a partir dessa compreensão que se torna possível pensar alternativas formativas e políticas que não se limitem à gestão individual do sofrimento, mas que enfrentem suas determinações estruturais.

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo buscou compreender a formação da subjetividade juvenil no Brasil contemporâneo a partir das determinações históricas que atravessam o trabalho, a educação e as condições concretas de vida. Ancorados no materialismo histórico-dialético e na psicologia histórico-cultural, procuramos deslocar o debate sobre o sofrimento juvenil de abordagens individualizantes para uma leitura que reconhece sua base social, histórica e cultural. Nesse percurso, tornou-se evidente que a experiência subjetiva da juventude não pode ser dissociada das formas específicas que o capitalismo contemporâneo assume, especialmente em sua configuração neoliberal e dependente.

O ponto de partida da reflexão foi o hiato entre o reconhecimento jurídico dos direitos juvenis e a realidade material de sua efetivação. Embora o Estatuto da Juventude represente um avanço no plano normativo, a análise demonstrou que a formalização de direitos convive com um processo intenso de precarização do trabalho e de esvaziamento das políticas públicas. Essa contradição não é acidental, mas estrutural: a mesma sociedade que proclama direitos necessita, para sua reprodução, de uma juventude flexível, adaptável e permanentemente disponível para formas instáveis de inserção produtiva. A promessa de futuro, reiterada nos discursos institucionais, choca-se com um presente marcado pela insegurança e pela instabilidade, incidindo de maneira decisiva na constituição da subjetividade juvenil.

Ao retomar o trabalho como categoria ontológica fundante do ser social, evidenciou-se que a precarização não se limita a uma dimensão econômica, mas atinge o núcleo do processo de humanização. Quando o trabalho se converte em atividade alienada, fragmentada e destituída de sentido social, ele deixa de cumprir sua função formativa e passa a operar como fator de bloqueio do desenvolvimento humano. Para a juventude, que se encontra em um momento decisivo de consolidação da personalidade e de projeção de futuro, essa negação assume contornos particularmente dramáticos, pois compromete a possibilidade de reconhecimento de si na atividade realizada.

A educação, que poderia atuar como mediação crítica entre o jovem e a compreensão dessas contradições, tem sido progressivamente subordinada à lógica da adaptação. A análise da educação voltada

à classe trabalhadora revelou como a incorporação de princípios neoliberais, como a ênfase no empreendedorismo, nas competências socioemocionais e no projeto de vida individual, contribui para a responsabilização subjetiva dos jovens por condições que são socialmente produzidas. Ao esvaziar o conteúdo formativo da escola e limitar o acesso ao saber elaborado, a educação deixa de oferecer instrumentos para a leitura crítica da realidade, reforçando a internalização da culpa e do fracasso.

É nesse contexto que o conceito de drama social se mostrou importante para a compreensão do sofrimento juvenil. A partir da noção de *perezhivanie*, foi possível evidenciar que o sofrimento psíquico não emerge como falha individual ou desajuste subjetivo, mas como expressão da vivência concreta de contradições sociais irresolúveis no plano individual. A ansiedade, a depressão e o esgotamento, diagnósticos recorrentes entre jovens que estudam e trabalham, configuram respostas coerentes a um mundo social que exige constante adaptação, sem oferecer condições reais de estabilidade e realização. A medicalização desse sofrimento, ao despolitizar suas causas, contribui para a manutenção da ordem social vigente.

Diante desse quadro, torna-se evidente a insuficiência de respostas que se limitam à gestão individual do sofrimento ou à promoção de estratégias de resiliência subjetiva. O reconhecimento do drama juvenil exige a construção de alternativas formativas e políticas que enfrentem suas determinações estruturais. No campo da educação, enquanto prática social historicamente situada, na formação das capacidades humano-genéricas isso implica recuperar a centralidade do conhecimento científico, artístico e filosófico como condição para a formação de uma consciência crítica, capaz de apreender a totalidade social e suas contradições. Implica, ainda, resgatar o sentido do trabalho como princípio educativo, não como mera preparação para o mercado, mas como mediação para a compreensão e transformação da realidade.

No campo da psicologia, os resultados desta reflexão reforçam a necessidade de uma abordagem comprometida com a compreensão concreta da vida social. Uma psicologia que se pretenda crítica não pode se limitar à adaptação do sujeito a condições desumanizantes, mas deve contribuir para desvelar as raízes sociais do sofrimento e fortalecer processos de tomada de consciência. Nesse sentido, a articulação entre psicologia histórico-cultural e pedagogia histórico-crítica revela-se fundamental para a construção de práticas que não naturalizem a precarização nem culpabilizem os indivíduos por sua própria exclusão.

Por fim, é importante reconhecer que este estudo apresenta limites, decorrentes de seu caráter teórico-analítico. A incorporação de pesquisas empíricas que aprofundem a análise das vivências juvenis em contextos específicos de trabalho e escolarização constitui um desdobramento necessário para investigações futuras. Ainda assim, ao evidenciar o caráter social do sofrimento juvenil e suas mediações com o trabalho e a educação, o artigo busca contribuir para o debate crítico sobre juventude no Brasil contemporâneo.

Em um contexto em que a precarização tende a se apresentar como destino inevitável, reafirmar a historicidade das relações sociais torna-se um gesto político e teórico fundamental. O drama vivido pela juventude não é uma tragédia individual silenciosa, mas a expressão de contradições sociais que podem e devem ser transformadas coletivamente. Recuperar o sentido do trabalho como criação humana e da educação como espaço de acesso à verdade social é condição indispensável para que a promessa de futuro deixe de ser mera retórica e se converta em possibilidade concreta de emancipação.

Referências:

- ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ABRAMO, H. W.; VENTURI, G.; CORROCHANO, M. C. Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 523-542, set.-dez. 2020.
- ABRANTES, A. A.; BULHÕES, L. Idade Adulta e o Desenvolvimento Psíquico na Sociedade de Classes: Juventude e Trabalho. In: MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (orgs.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas: Autores Associados, 2020.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018
- BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 ago. 2013.
- CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE (CONJUVE). **Plano Nacional de Juventude: documento síntese**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2024.
- CORROCHANO, M. C. **Jovens olhares sobre o trabalho**. Trabalho apresentado na 22ª Reunião Anual da ANPEd. Caxambu: ANPEd, 1999.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Nem-nem ou sem-sem? Jovens querem trabalhar, mas não têm oportunidades no mercado**. *Boletim Emprego em Pauta*, São Paulo, n. 27, set. 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2024/boletimEmpregoemPauta27.html>. Acesso em: 06 jan. 2026.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Número de jovens sem trabalho e estudo é o menor em 10 anos**. *Boletim Emprego em Pauta*, São Paulo, n. 31, out. 2025. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2025/boletimEmpregoPauta31.html>. Acesso em: 20 dez. 2025.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos: Salário mínimo nominal e necessário**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 10 jan. 2026.
- ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Edição eletrônica. Ridendo Castigat Mores, 1999.
- GROPPO, L. A. **Juventudes: sociologia, cultura e movimentos**. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Número de trabalhadores por aplicativos cresceu 25,4% entre 2022 e 2024**. Rio de Janeiro: Agência IBGE Notícias, 17 out. 2025a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44806-numero-de-trabalhadores-por-aplicativos-cresceu-25-4-entre-2022-e-2024>. Acesso em: 19 jan. 2026.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua: indicadores mensais produzidos com informações do 2º trimestre de 2025**. Rio de Janeiro: IBGE, 15 ago. 2025b. Disponível em: http://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/62b517a8259f386db6e8cac4659c7768.pdf. Acesso em 19 jan. 2026.
- LEANDRO, B. B. da S. *et al.* **Informe II SAÚDE MENTAL: Ciclo de informes sobre a situação de saúde da juventude brasileira Nº 02/2025**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2025.

- LÊNIN, V. I. **As tarefas das Uniões da Juventude. Discurso no III Congresso de Toda a Rússia da União Comunista da Juventude da Rússia**. Moscou, 1920.
- LUCKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.
- MARTINS, L. M.; EIDT, N. M. Trabalho e atividade: categorias de análise na psicologia histórico-cultural do desenvolvimento. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 4, p. 675-683, 2010.
- NOVAES, R. et al. **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.
- PISTRAK, M. M. **A escola-comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- POLITZER, G. **Crítica dos fundamentos da psicologia. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lucio Nogueira**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- RUMMERT, S. M.; ALGEBAIL, E.; VENTURA, J. Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54, p. 717-738, 2013.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.
- VIGOTSKI, L. S. **História do desenvolvimento das funções mentais superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2021.
- VIGOTSKI, L. S. Quarta aula: O problema do meio na pedagogia. In: VIGOTSKI, L. S. **Sete aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedagogia**. Organização e tradução de Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. Rio de Janeiro: E-papers, 2018. p. 73-92.
- VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento: Símio, homem primitivo e criança**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.
- ZEIGARNIK, B. V. **Perturbações da personalidade**. Tradução Bruno Bianchi. Foz do Iguaçu: Kátharsis Editorial, 2024.

Notas

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Participa do grupo de pesquisa Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil - GT da Região Oeste do Paraná (HISTEDOPR). Bolsista CAPES nível mestrado. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1757928488157468>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-1967-2984>. E-mail: guilhermeaug123@gmail.com.

² Doutora em Psicologia - Universidade Estadual de Maringá (UEM). Participa dos grupos de pesquisa Grupo de Estudos e Pesquisa EMANCIPAR, Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Saúde e Psicologia Histórico Cultural (GEPESPHC), Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil - GT da Região Oeste do Paraná (HISTEDOPR). Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6501371935947033>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3855-2997>. E-mail: neide.matos@unioeste.br.

Recebido em: 31 de jan. 2026
Aprovado em: 06 de abr. 2026